



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO
DO CAMPO

GLEYDSON PEREIRA DA SILVA

A CONTRIBUIÇÃO DA EJA PARA O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA
DOS SEUS SUJEITOS

JOÃO PESSOA

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO
DO CAMPO

GLEYDSON PEREIRA DA SILVA

A CONTRIBUIÇÃO DA EJA PARA O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA
DOS SEUS SUJEITOS

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia, área de aprofundamento em educação do campo em cumprimento às exigências para o título em licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do prof.^o Dr.^o Orlandil de Lima Moreira.

JOÃO PESSOA

2016

GLEYDSON PEREIRA DA SILVA

A CONTRIBUIÇÃO DA EJA PARA O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA
DOS SEUS SUJEITOS

Monografia do curso de graduação em Pedagogia - Área de aprofundamento em educação do campo, apresentada aos examinadores como exigência parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, com área de aprofundamento na educação do campo.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.º Dr.º Orlandil de Lima Moreira

Orientador-UFPB

Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Xavier Batista

Examinadora-UFPB

Prof.º Dr.º Fábio Fônseca

Examinador-UFPB

JOÃO PESSOA

2016

Dedico este trabalho a todos os alunos e alunas da EJA que com garra, perseverança e humildade conseguem enxergar na educação um meio para conseguir vencer na vida e sair da condição de excluído da sociedade. Aos meus familiares e amigos em especial aos meus pais que sempre acreditaram no meu potencial e me deram forças para concluir o curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela minha vida e saúde, sem a qual, não poderia estar aqui e realizar esta pesquisa. Sempre me dando forças na trajetória da graduação que não foi um caminho fácil de percorrer.

Agradeço aos meus pais Maria das Graças Pereira da Silva e Antônio Sebastião da Silva por sempre me apoiarem nas minhas decisões e pelo investimento na minha educação. Quero agradecer também aos meus irmãos, Alcikleber Pereira da Silva e Glauciene Pereira da Silva, pelos bons e difíceis momentos que passamos juntos. Obrigado família, sem vocês não teria chegado a lugar algum.

Aos meus professores desde a etapa da educação infantil até o ensino superior. Agradeço em especial ao meu orientador o Dr. Orlandil de Lima Moreira pelos ensinamentos no curso e pela paciência e dedicação que dispensou a esta pesquisa. Todo o apoio e esforços seus professor foram muito importantes para conseguir concluir essa etapa da minha vida, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus queridos amigos do curso de Pedagogia, área de aprofundamento em educação do campo, pelos momentos alegres e de descontração que passamos juntos nesses cinco anos de graduação. Vocês estarão guardados em meu pensamento para sempre.

Agradeço a todos que acreditaram em meu potencial, em especial ao meu amigo João Oliveira Barros Neto que sempre me deu forças nesse longo percurso e que nessa reta final dispensou um apoio logístico para esta pesquisa. Muito obrigado a todos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CAPÍTULO I: CONTEXTO HISTÓRICO DA EJA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: O PERCURSO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA DÉCADA DE 1960	14
2.1 Os movimentos de educação popular e alfabetização de jovens e adultos.....	14
2.2 Movimento de Cultura Popula.....	16
2.3 Centro Popular de Cultura.....	17
2.4 Movimento de Educação de Base.....	19
2.5 Campanha de Educação Popular.....	21
2.6 A Educação de Jovens e Adultos após o golpe militar.....	23
2.6.1 Fundação Educar (1985-1990).....	25
2.7 A educação de jovens e adultos no contexto de redemocratização do Brasil.....	25
2.7.1 O Programa Alfabetização Solidária.....	26
2.7.2 Programa Brasil Alfabetizado.....	27
3. CAPÍTULO II – EJA E CIDADANIA	29
3.1 Educação escolar e cidadania na perspectiva da EJA.....	29
4. CAPÍTULO III – O CENÁRIO DA PESQUISA	37
4.1 Ambientes físicos.....	38
4.2 Níveis de ensino.....	38
4.3 O que revelam as disciplinas sobre a cidadania.....	38
4.4 Compreensões dos alunos sobre cidadania.....	43
4.5 A contribuição da EJA para a cidadania na visão dos alunos.....	46
5. Considerações finais.....	49
6. Referências.....	51

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) vêm ao longo dos anos conquistando cada vez mais espaço no cenário educacional brasileiro, tendo em vista que a EJA nasce como uma política pública assistencialista. Consideramos a EJA o meio pelo qual os indivíduos possam desenvolver práticas cidadãs que possam fazer do sujeito um agente de transformação social, exercitando, desta forma, sua plena cidadania. Através deste pensamento, nos despertou uma necessidade de investigar e refletir sobre as práticas pedagógicas em EJA, e se essas práticas estão contribuindo para o fortalecimento da cidadania dos sujeitos atendidos por essa modalidade de ensino. Utilizamos como local de pesquisa a Escola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado, buscando identificar nas práticas pedagógicas dos professores, elementos que possam contribuir para o fortalecimento da cidadania dos alunos. Realizamos a observação participante, onde tivemos contato direto com os atores da pesquisa (alunos e professores), em seguida elaboramos um questionário semiestruturado, para a obtenção de informações que poderiam embasar ainda mais nosso estudo, à luz da teoria de Paulo Freire, dentre outros autores que discutem EJA e cidadania. Os resultados alcançados com esta pesquisa nos revelam que a prática pedagógica dos professores observados está conseguindo implementar práticas cidadãs, as quais podem ajudar os educandos no processo de fortalecimento de sua cidadania, porém, este processo pode se tornar embaraçoso quando o/a professor/a dispensa um tratamento infantilizado aos seus alunos, tratando-os como “crianças crescidas”, como foi percebido nas práticas observadas de uma professora da escola. Consideramos que, este trabalho de pesquisa contribuirá para que o educador que atua nas classes de EJA possa refletir sobre sua prática pedagógica, visando à superação da situação de excluído em que se encontram seus alunos, e assim ajudá-los no exercício da plena cidadania.

Palavras chave: EJA, Práticas Pedagógicas, Cidadania.

ABSTRACT

The Education for Adults and Young People (EJA) has over the years conquered more and more space in Brazilian educational scenario, in terms of the EJA is born as a public welfarist policy. We consider the EJA, as a means by which the individuals can develop civic activities which can make the subject an agent of social transformation, exercising, in this way, its full citizenship. Through this thought, it has awakened us a necessity of investigating and reflecting about the educational practices in EJA, and if these practices are contributing to the strengthening of the citizenship of the subjects assisted by this modality of teaching. We used as object of research the “Municipal School Antônia do Socorro Silva Machado”, seeking to identify in the educational practices of the teachers, aspects which may help the students in the strengthening of the citizenship. We did the participant observation, where we had a direct contact with the actors of the research (students and teachers), then, we prepared a semistructured questionnaire, in order to obtain datas which could support even more our research in the light of Paulo Freire, among others authors who discuss EJA and citizenship. The results achieved with this research has shown us which the educational practice of the teachers observed is able to implement civic activities, which can help the students in the process of the strengthening of their citizenship. However, this process can become embarrassing when the teacher gives an infantilized treatment to their students, treating them as “grown up children”, as it was perceived in the practice of a school’s teacher. We consider this research will contribute to the educators who work on classes of EJA, can reflect on their educational practice, aiming the overcoming the excluding situation which the students are, and as well helping them in the full exercise of their citizenship.

Key-words: EJA, Educational Practices, Citizenship.

Aos esfarrapados do mundo e aos que
neles se descobrem e, assim
descobrimo-se, com eles sofrem, mas,
sobretudo, com eles lutam. PAULO
FREIRE.

1. INTRODUÇÃO

Decidir estudar sobre a EJA é algo que coloca o pesquisador em contato com uma extensa produção bibliográfica sobre variados temas que circunda a Educação de Jovens e Adultos. Através da experiência adquirida no Programa Brasil Alfabetizado, nos anos de 2005 a 2007, tivemos a oportunidade de vivenciar aspectos relacionados com a Educação de Jovens e Adultos, a considerarmos uma experiência bastante significativa e que foi primordial para tomar a decisão de seguir a carreira do magistério.

Ao longo desses anos podemos perceber a dificuldade encontrada por alguns alunos em permanecer na escola e prosseguir com os estudos, outro fator percebido era o preconceito encarado pelos estudantes, sobretudo os mais idosos, onde muitos deles não recebiam apoio da família para voltar a estudar e ainda tinham que lidar com piadas preconceituosas do tipo: “papagaio velho não aprende a falar”, “pau que nasce torto morre torto” e etc. Respetivamente a isso se percebia a falta de preparo de alguns educadores para ensinar a jovens e adultos, pois para trabalhar no Programa Brasil Alfabetizado a pessoa deveria ter a formação mínima do ensino médio regular, no qual, não se enquadrava com a importância e exigência para está apto a ensinar Jovens e Adultos.

O nosso interesse com esta pesquisa se deu, inicialmente, pela experiência, já citada, no Programa Brasil Alfabetizado (PBA), onde se falava insistentemente que a Educação de Jovens e Adultos se destinaria a devolver a cidadania perdida dos alunos, uma vez que, estes alunos da EJA nunca teriam frequentado a escola ou pouco aproveitaram dela na sua idade apropriada. Desta forma, a discussão sobre cidadania e EJA era um ponto presente nas reuniões de planejamento dos educadores do PBA. Com isso, alguns questionamentos surgiam como: que tipo de cidadania esses alunos deveriam exercer? Como tornar o ensino significativo para que os alunos adquirissem a cidadania?

Assim, o interesse central deste estudo é analisar se as práticas pedagógicas em EJA ajudam no fortalecimento da cidadania dos alunos,

observando de perto o dia a dia da sala de aula, bem como, os sujeitos que compõem a EJA (professores e alunos).

Compreendemos que a EJA deve preparar o educando não só com o ensino elementar de ler, escrever e fazer cálculos deve, sobretudo, letrá-los para que possam viver na sociedade exercendo a cidadania de forma plena.

No Brasil, as desigualdades educacionais e sociais são gritantes em consequência do modelo econômico vigente em nossa sociedade, no qual, a concentração de renda impede os sujeitos das classes sociais menos favorecidas, de usufruírem de bens e serviços de forma igualitária e também de exercerem a sua cidadania. Essa dificuldade é refletida diretamente na educação, devendo ser tratada de forma a superar esse paradigma econômico que promove cada vez mais a exclusão.

A EJA, considerada modalidade da educação nacional, LDB 9.394/96, abarca todo esse contingente de povos excluídos, uma vez que, os alunos da EJA são oriundos das classes empobrecidas da sociedade, são cidadãos que carregam em si a marca da exclusão e que por algum motivo enxergam, mesmo que tardiamente, uma maneira de vencer as dificuldades da vida e poder adquirir a competência para exercer plenamente a cidadania, sendo a educação um dos elementos fundamentais para se alcançá-la.

Nesse sentido nos propomos a analisar como as práticas pedagógicas na Educação de Jovens Adultos ajudam os educandos no fortalecimento da cidadania e em que medida essas práticas contribuem para implementar atitudes cidadãs nos alunos da EJA. Desta forma procuraremos identificar nas disciplinas e nas aulas conteúdos relativos à temática da cidadania, averiguando como os alunos percebem a contribuição da EJA para o fortalecimento da cidadania, analisando a compreensão dos alunos sobre o que é ser cidadão.

A pesquisa tem caráter qualitativo, a qual pode ser definida como:

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção

de medidas quantitativas de características ou comportamentos.
(Richardson, 2009, p. 90)

O estudo foi realizado ainda em artigos de autores que abordem o tema em questão, bem como, a observação participante, onde teremos um contato face a face com os sujeitos da pesquisa diretamente no contexto da observação e análise dos dados coletados na escola campo da pesquisa. Escolhemos o método qualitativo para a nossa pesquisa por acreditar que os conhecimentos que trazem dos sujeitos da pesquisa sobre o tema é de fundamental relevância para o nosso estudo, desta forma enfatiza Richardson (2009, p. 91): *“Para muitos pesquisadores qualitativos as convicções subjetivas das pessoas têm primazia explicativa sobre o conhecimento teórico do investigador”*.

A coleta de dados para a pesquisa foi realizada a partir da observação nas salas dos ciclos I, II e alfabetização da EJA e ocorreram nos dias 07, 11, 12 19, do mês de maio do corrente ano, no qual, esses dias foram apenas de observação da rotina das salas de aulas pesquisadas, bem como coleta de informações dos cadernos de planejamento dos docentes.

Após as observações, aplicamos um questionário com os alunos sujeitos da pesquisa, que nos possibilitou conseguir mais informações para a nossa investigação. Tarefa que realizamos nos dias 16 e 19 do mês de junho do corrente ano.

A última visita a escola ocorreu no dia 29 de outubro, para análise do Projeto Político Pedagógico da escola, o qual, tivemos a oportunidade de extrair muitas informações que embasaram a nossa análise.

Participaram da pesquisa 12 (doze) alunos, com idades entre 15 e 64 anos, 07 (sete) do ciclo II, 01 (um) do ciclo I e 04 (quatro) da alfabetização. Destes, 08 (oito) alunas do sexo feminino e 04 (quatro) do sexo masculino. As profissões que ocupam são: uma acompanhante, duas diaristas, uma pescadora e artesã, dois serviços gerais, um mestre de obras, um agricultor, duas donas de casa e dois estudantes.

A monografia está organizada em três capítulos e as considerações finais. Inicialmente, no capítulo I faremos um recorte histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos, a partir da década de 1960, para identificar como funcionavam os movimentos voltados para a EJA, quais os seus objetivos, bem como o tempo de duração de cada um deles, de forma a entender como a EJA se configurava nesse contexto.

No capítulo II, trataremos sobre o tema EJA e Cidadania, analisando artigos sobre o tema em questão que possam nos dar uma melhor compreensão sobre o papel da EJA para a cidadania, mais precisamente, como a EJA ajuda os alunos a adquirir posturas cidadãs.

O capítulo III traz os dados coletados e os resultados desta pesquisa adquiridos da observação realizada na Escola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado, onde obtivemos informações sobre o que revelam as disciplinas sobre a cidadania, como os professores abordam esta temática nas aulas. Outro dado apresentado a partir do questionário aplicado com os alunos foi a compreensão dos mesmos sobre cidadania e a contribuição da EJA para a cidadania na visão dos alunos, onde trazemos a fala dos próprios sujeitos da pesquisa (os alunos).

2. CAPÍTULO I: CONTEXTO HISTÓRICO DA EJA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: O PERCURSO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA DÉCADA DE 1960.

Neste primeiro capítulo traçaremos o caminho que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) trilhou ao longo da história da educação no Brasil, mais precisamente a partir da década de 1960. Enfatizaremos as características mais marcantes e analisaremos os fatos ocorridos no âmbito dos programas para a EJA, bem como o objetivo das políticas públicas e seu tempo de duração.

2.1 Os movimentos de educação popular e alfabetização de jovens e adultos

As décadas de 1950 e 1960 no Brasil foram marcadas pela ‘explosão’ dos movimentos sociais, que tinham como objetivo conseguir mudanças sociais através do embate político, onde se tinha uma realidade de exclusão e direitos sociais negados aos segmentos da sociedade empobrecidos.

Nesse contexto de mobilizações sociais intensas, com a sociedade exigindo mudanças e reformas sociais, assistimos ao surgimento de vários movimentos sociais, seja na cidade ou no campo, com destaque para movimentos relacionados à educação e a reforma agrária, em especial na região Nordeste com o surgimento das ligas camponesas.

Em meio a um cenário de mobilização política, com a chegada de João Goulart à presidência da República, após renúncia de Jânio Quadros em 1961, a educação das massas entra num momento de ascensão, como enfatiza Gonzalez:

Após a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e com a conturbada posse de João Goulart, a educação das massas é assumida com grande importância, surgindo os diversos movimentos de alfabetização de adultos, que utilizavam a educação popular e a cultura popular como instrumentos de formação política das camadas populares, ao mesmo tempo frutos e responsáveis pelo período de efervescência política e cultural que toma o país na primeira metade da década de 1960. (Gonzalez, s/d, p. 8)

Nesse contexto da década de 1960, mais precisamente entre os anos 1960 e 1964, através de um convênio entre a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e o Ministério da Educação – MEC, foi possível a criação do Movimento de Educação de Base – MEB o qual detalharemos mais adiante. Nesse contexto a igreja católica era muito atuante na sociedade com suas atividades de sindicalização rural e de educação popular (Souza, 2004, p. 01).

Em 31 de Março de 1964, o cenário político entrou num momento de tensão causado pelo Golpe Militar, que derrubou do poder o presidente João Goulart. Os militares dominaram a presidência do Brasil e promoveram uma intensa revolta popular na história do país. Aqueles que se opuseram ao governo militar foram presos, torturados e exilados, quando não perdiam suas vidas por defenderem seus ideais de democracia.

No cenário educacional, mais precisamente na Alfabetização de Jovens e Adultos, alguns movimentos de educação popular foram implementados, numa tentativa de superar o problema do analfabetismo, entre eles podemos destacar: **O Movimento de Cultura Popular (MCP), Centro de Cultura Popular (CPC), Movimento de Educação de Base (MEB) e Campanha de Educação Popular (CEPLAR).**

2.2 Movimento de Cultura Popular

O Movimento de Cultura Popular (MCP) foi criado em maio de 1960, sendo um dos principais movimentos de alfabetização de adultos nos anos de 1960. Foi criado como uma iniciativa de organizações populares com apoio da prefeitura do Recife. O MCP adotava uma proposta pedagógica voltada para a cidadania popular, no qual, Paulo Freire deu sua valiosa contribuição, como diretor da divisão de pesquisa e coordenador do projeto de educação de adultos do MCP (Brasil s/d, p. 3). Tinha como proposta metodológica os círculos de cultura no processo de alfabetização, onde eram discutidos assuntos de relevância do cotidiano da população.

Na casa de José Mariano Carneiro da Cunha que foi um dos líderes da campanha da abolição da escravatura, funcionava o centro de cultura dona Olegarinha, onde no círculo de cultura que ali funcionava nasceu o método Paulo Freire (Rosas, 2002, p. 440). Os grupos utilizavam materiais que auxiliavam na visualização do problema que seria discutido, os quais traziam uma proposta temática da realidade dos brasileiros, onde os grupos debatiam, analisando os temas (Brasil s/d, p. 3).

Com esse método pretendia-se obter um resultado satisfatório na alfabetização de jovens e adultos, no qual, o método em questão passava por três etapas, como nos mostra Paulo Rosas:

1º Etapa de investigação

Da descoberta do universo vocabular, das palavras geradoras e dos temas geradores relacionados com a vida cotidiana dos alfabetizandos.

2º Etapa de tematização

Nessa etapa são codificados e decodificados os temas levantados na fase de tomada de consciência, contextualizando-os e substituindo a primeira visão mágica por uma visão crítica e social.

- Descobrem-se novos temas geradores, relacionados com os que foram inicialmente levantados.
- É nesta fase que são elaboradas as fichas para a decomposição das famílias fonéticas, dando subsídios para a leitura e a escrita.

3º Etapa de problematização

Nesta ida e vinda do concreto para o abstrato e do abstrato para o concreto, volta-se ao concreto problematizado. Sem perder nunca de vista que o objetivo final do método é a conscientização.

- Descobrem-se os limites e as possibilidades das situações existenciais concretas captadas na primeira etapa.
- Evidencia-se a necessidade de uma ação concreta, cultural, política, social, visando a superação de situações-limite, isto é, de obstáculos à hominização.
- A realidade opressiva é experimentada como um processo passível de superação. Saber ler e escrever torna-se instrumento de luta, atividade social e política.
- A educação para a libertação deve desembocar na "praxis transformadora", ato do educando, como sujeito, organizado coletivamente (Rosas, 2002, p. 441 a 442).

Faltavam muitos recursos financeiros para que o MCP se instalasse em outros estados, então o programa ficou limitado a Recife e Rio Grande do Norte (Brasil s/d, p. 3).

O declínio do programa ocorreu em 1964, por ocasião do Golpe Militar. O Governo Militar que considerava a proposta do MCP uma intimidação aos objetivos do governo que se instalava e decidiu prender e exilar seus integrantes.

2.3 Centro Popular de Cultura

O Centro Popular de Cultura (CPC) surgiu em 1961, por uma iniciativa da UNE – União Nacional dos Estudantes, com a participação de Intelectuais e artistas que se juntaram ao movimento. Entre os membros que criaram o CPC, destacam-se o sociólogo Carlos Estevam Martins, o dramaturgo Oduvaldo

Vianna Filho e o cineasta Leon Hirazman (Ramos, s/d, p. 4), que eram atores e intelectuais de esquerda que trabalhavam no Teatro de Arena.

O CPC ficou caracterizado como:

Um movimento que ficou caracterizado por sua atuação político-cultural e que inicialmente teve suas ações marcadas pelo gênero agitprop – agitação e propaganda. (Ramos, s/d, p. 4)

A metodologia utilizada era através de peças de teatro para que a população obtivesse cultura, onde o objetivo principal era o de levar a cultura à população mais carente, com uma arte popular “revolucionária” (Ramos s/d, p.3).

O movimento que era ligado a UNE, não recebia nenhuma verba do governo e pretendia conscientizar os estudantes acerca dos problemas do ensino superior no Brasil, com isso o CPC elaborou algumas estratégias para funcionar e pagar seus funcionários:

Participou do projeto UNE-Volante, uma caravana que percorreu diversas capitais brasileiras realizando espetáculos teatrais, debates políticos e shows musicais durante os anos de 1962 e 1963 visando politizar a massa estudantil acerca dos problemas do ensino superior brasileiro. (Ramos, s/d, p. 4)

O CPC propunha uma arte que estivesse ligada com os anseios da população brasileira e que acentuasse a opinião pública diante dos problemas do país, onde o objetivo era a conscientização política e a mobilização social, como pontua Ramos:

Na concepção dos teóricos cepecistas como Carlos Estevam Martins e Ferreira Gullar, a arte popular deveria se identificar com a vontade do povo, ou seja, uma arte voltada para os interesses da população brasileira. Sendo assim essa arte teria que se associar aos processos materiais e à realidade sócio-econômica nacional. Foi a partir desse ideal artístico que a função da cultura passou a ser problematizada e

adaptada para fins de instrução política e mobilização social. (Ramos, s/d, p. 6)

A atuação do Centro Popular de Cultura visava uma arte mais politizada, onde através das peças teatrais os intelectuais tentavam transmitir o conhecimento acerca dos problemas sociais e assim conscientizar as massas para a ruptura com o sistema capitalista:

Era preciso convencer o povo da necessidade de uma ruptura no sistema, talvez seja por isso que o CPC se aproximou do gênero agitprop pois denunciar a estrutura vigente permitiria ao povo tomar lucidez da origem dos problemas em que vivia e essa atitude seria o princípio do comprometimento do mesmo com a transformação social. (Ramos, s/d, p. 9)

Com a implantação do Governo Militar o CPC foi extinto em 1964. E como medida para evitar o contato com as classes populares, as instalações da UNE foram incendiadas, deste modo seus membros foram presos e exilados (Brasil, s/d, p. 3).

2.4 Movimento de Educação de Base

O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado por iniciativa da Igreja Católica, no dia 21 de março de 1961, no qual o governo federal iria contribuir com a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) no processo de alfabetização de adultos. Essa parceria seria firmada com o MEC (Ministério da Educação) e órgãos federais, que transferiam recursos para a CNBB, para desenvolver um programa de educação de base através de escolas radiofônicas, (Brasil, s/d, p. 2). O MEB visava à erradicação do analfabetismo, um problema considerado como atraso social das regiões onde o movimento atuava como pontua Osmar Fávero:

Embora insistisse em que a alfabetização era apenas um dos conteúdos da educação de base (mas colocando-a, na prática, invariavelmente em primeiro lugar), a constatação dos altíssimos índices de analfabetismo entre as populações adultas das regiões ditas “atrasadas” e a correlação estabelecida, na década de 1950, entre o analfabetismo e o nível de desenvolvimento econômico, passaram a apontar o analfabetismo como a expressão mais aguda do atraso dessas regiões e países. (Fávero, 2004, p. 3)

O sistema de escolas radiofônicas facilitava o acesso à educação às populações que viviam no meio rural permitindo, desta forma, que o campo se libertasse do isolamento.

Ressaltava o discurso que “até mesmo” a população do campo, dos lugares mais distantes teria acesso à educação: “graças ao rádio, o mundo rural libertou-se do isolamento”. (Borges, s/d, p. 75)

A atuação do MEB era mais evidente nos estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste, dando fundamental atenção ao interior dessas regiões, locais onde se percebia um índice acentuado de analfabetismo. O MEB também atuava no estado de Minas Gerais. (Brasil, s/d, p. 2)

A igreja católica pretendia, ao criar o MEB, uma ação evangelizadora junto às massas oprimidas, com isso o Estado entra como colaborador na ação da igreja para tentar a superação das injustiças sociais às camadas pobres da população.

A proposta inicial do MEB retomava em grandes linhas o conceito tradicional de educação de base, justificado pela Igreja católica como exigência de sua ação evangelizadora junto às massas. Essa proposta insere-se na tomada de consciência, por parte da Igreja, do subdesenvolvimento e da necessidade de sua superação. Em decorrência, o MEB foi criado, em colaboração com o Estado, para concretizar sua presença no social, junto aos pobres e injustiçados, através de um projeto educativo. (Fávero, 2004, p. 4 a 5)

O MEB conceituava a educação de base valorizando a cultura popular autêntica que levasse o homem a se conscientizar sobre sua realidade e com

isso, induzir todos os envolvidos no processo de alfabetização a participar do desenvolvimento da sociedade de modo geral.

Considerando as dimensões totais do homem, entende-se como educação de base o processo de auto-conscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de participação, integrados em uma autêntica. Cultura popular, que leve a uma ação transformadora. Concomitantemente, deve propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro. (Fávero, 2004, p. 10, Apud MEB, 1962).

Devido às pressões feitas pelo governo militar, no ano de 1966 o programa encerra suas ações em alguns estados. Alguns anos depois, na década de 1970, o MEB volta com sua proposta de alfabetização de adultos, atuando prioritariamente nas regiões norte e nordeste (Brasil, s/d, p. 2).

2.5 Campanha de Educação Popular

A Campanha de Educação Popular – CEPLAR surgiu na Paraíba em 1961, por iniciativa de professores e estudantes ligados à juventude universitária católica (Scocuglia, 1992, p. 75), apoiada pelo governo estadual. A CEPLAR foi à pioneira na utilização do método Paulo Freire de alfabetização. Os materiais que eram utilizados retratavam a realidade brasileira, principalmente a região nordeste e a Paraíba.

Os educadores trabalhavam com o objetivo de conscientizar a população para a realidade brasileira e local, para isso, utilizavam como metodologia os círculos de cultura, que serviam como escolas para a conscientização. A CEPLAR buscou união com outros movimentos de alfabetização conseguindo o apoio do MCP-PE e do Serviço de Extensão Rural da Universidade do Recife (Scocuglia, 1992, p. 76). Através dessa experiência foram se desenvolvendo

vários trabalhos com a contribuição de Paulo Freire com seu método de alfabetização.

Com a disposição do mesmo (e da equipe) em colaborar assiduamente, ficou acertada a realização de experiências em João Pessoa com o "método" e, simultaneamente, a participação de integrantes da CEPLAR num curso sobre Realidade Brasileira e Metodologia de Alfabetização de Adultos em Recife (Scocuglia, 1992, p. 76).

O êxito na proposta de alfabetização de adultos, evidenciando a realidade social das pessoas fez a CEPLAR se expandir por outros bairros da capital paraibana.

O planejamento e a execução positiva da nova proposta metodológica e conteudística de alfabetização – que levavam a realidade sócio-econômica-político-cultural para o centro das atenções e dos debates nos “círculos de cultura” – entusiasmaram a CEPLAR, que buscou expandir-se para outros bairros da capital paraibana (Scocuglia, 1992, p. 76).

A atuação da CEPLAR não ficou limitada a João Pessoa, se expandiu para Campina Grande e outras cidades do interior da Paraíba. Com relação ao material utilizado pela campanha e a formação dos alfabetizadores pode-se constatar que:

O material didático era fornecido pela campanha e os monitores (com curso primário completo ou com experiência como alfabetizadores) recrutados das próprias comunidades. Com a seleção e preparação/treinamento dos monitores e dos alfabetizandos convocados pelos líderes sindicais e dirigentes das Ligas, ampliava-se o processo político-alfabetizador (Scocuglia, 1992, p. 77).

Durante muito tempo a CEPLAR foi atacada por um grupo denominado “Embrião da cruzada ABC”, que achava a metodologia do programa muito

subversivo e comunista (Brasil s/d, p. 3). A extinção da CEPLAR ocorreu em 1964, por ocasião do Golpe Militar, no qual, seus dirigentes foram aprisionados e todo o seu material foi confiscado.

2.6 A Educação de Jovens e Adultos após o Golpe Militar

Com o golpe militar ocorrido no Brasil em 31 de março de 1964, instalou-se no país uma ditadura, que perdurou até o ano de 1985. Durante os anos do governo militar se instituiu cada vez mais práticas de censura e tortura contra militantes políticos. Qualquer suspeita de ameaça aos objetivos do governo era combatida duramente.

Frente a este contexto de autoritarismo por parte do Estado, a Educação de Jovens e Adultos também sofre as consequências tendo que se adequar às exigências do novo governo. Uma medida nesse sentido foi o desmantelamento dos movimentos de educação popular e alfabetização, substituídos pela criação do MOBREAL, um dos principais programas criados para alfabetizar jovens e adultos, pós-golpe militar. O conceito de educação que o Mobral adotou era segundo Gilberta Jannuzzi:

“... como o processo que auxilia o homem a explicar suas capacidades, desenvolvendo-se como pessoa que se relaciona com os outros e com o meio, adquirindo condições de assumir sua responsabilidade como agente e seu direito como beneficiário do desenvolvimento econômico, social e cultural” (Januzzi, 1979).

O Mobral foi instituído através da lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, os militares tinham todo o controle do que seria ensinado. O programa detinha uma influência do Método Paulo Freire de alfabetização, no qual, o método freireano de alfabetização utilizava-se de palavras geradoras que eram escolhidas pelos próprios alunos. No Mobral não era desta forma,

diferentemente do método freireano, as palavras geradoras eram preestabelecidas pelos próprios militares.

“A principal e essencial diferença na utilização destes procedimentos em relação ao método Paulo Freire, era o fato de no Mobral haver uma uniformização do material utilizado em todo território nacional, não traduzindo assim a linguagem e as necessidades do povo de cada região, principal característica da metodologia freireana (Rybczynski, 2014, p. 1).

Desta forma, podemos perceber que não era dada a oportunidade, aos sujeitos atendidos pelo Mobral, de investigarem aspectos relacionados à sua própria comunidade, uma vez que, havendo a uniformização do material didático do programa em todo Brasil, “engessava-se” a metodologia dos educadores, que ficariam presos a um modelo pedagógico pré-estabelecido, impondo os indivíduos ao *status quo* da sociedade.

Não se tinha conhecimento sobre a formação dos professores da EJA no Mobral, de como eram preparados para atuar como alfabetizadores no programa.

Aliás, é importante ressaltar a escassez de informações e dados sobre os professores do Mobral, de como eles eram preparados, sobre a formação dos mesmos, já que as pesquisas e estudos estão muito mais voltados para os aspectos políticos e sociais. (Coleti s/d, p. 6)

Os investimentos aplicados no Mobral, advindos principalmente da Loteria Esportiva e deduções do imposto de renda, não alcançaram as expectativas, o programa estava se tornando muito caro para o governo, que decidiu acaba-lo em 1985. Dando espaço para a Fundação Educar (Brasil s/d, p. 5).

2.6.1 A Fundação Educar (1985- 1990)

Instituída pelo Decreto nº 92.374, de 6 de fevereiro de 1986, a Fundação Educar entra no cenário educacional brasileiro apoiando técnica e financeiramente algumas iniciativas de educação básica de jovens e adultos conduzidas por prefeituras e instituições da sociedade civil. Dentre os objetivos do programa estava:

“promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não formais, destinados aos que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídos prematuramente” (Brasil s/d, p.6 Apud, Zunti, 2000).

A Fundação Educar estava dentro das competências do MEC e promovia a execução dos programas de alfabetização por meio do “*apoio financeiro e técnico às ações de outros níveis de governo, de organizações não governamentais e de empresas*” (Parecer CNE/CEB nº 11/2000) e tinha como especialidade a educação básica, (Brasil s/d, p. 6).

As ações da Fundação Educar chegaram ao fim no ano de 1990, a partir daí surgiu o PNAC – Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania.

2.8 A educação de jovens e adultos no contexto de redemocratização do Brasil

Analisaremos nesse tópico dois importantes programas que foram criados nesse período para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, que são o programa Alfabetização Solidária e o Programa Brasil Alfabetizado. Este último com suas ações sendo desenvolvidas até os dias atuais. Enfatizaremos as características mais marcantes de cada programa, bem como seus objetivos.

2.8.1 O Programa Alfabetização Solidária

A primeira vez que ouviu-se falar no Programa Alfabetização Solidária – PAS, foi no Seminário Nacional de Educação de Jovens e Adultos, realizado em Natal, RN, em setembro de 1996. Nesse encontro participaram ONG's, universidades e gestores de órgãos públicos. O evento foi promovido pelo Ministério da Educação (MEC) e Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CNEJA), caracterizando-se como um evento de preparação para o Brasil participar da V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (CONFINTEA), que seria realizada em Hamburgo na Alemanha, em 1997, (Barreyro 2010).

O PAS tinha como objetivo principal diminuir os números do analfabetismo no país e possibilitar a continuidade dos estudos do público atendido, dispensando uma atenção maior aos jovens de 12 a 18 anos, que moravam nas regiões Norte e Nordeste, onde tinham municípios com uma taxa de analfabetismo muito elevada.

O Programa Alfabetização Solidária firmou parcerias com os poderes público federal e municipal, as instituições de ensino superior, com empresas. Para desenvolver a ação educativa o Programa mobilizou lideranças das comunidades, estudantes universitários que, após passarem por uma capacitação tornava-se alfabetizadores (Barreyro 2010).

O presente programa foi organizado em módulos que tinha a duração de seis meses. No primeiro mês destinava-se a formação dos alfabetizadores e após esse processo de formação começava-se a ação de alfabetização. Cada alfabetizador poderia formar uma turma com 12 a 15 alunos, podendo atingir o limite máximo de 25 alunos (Brasil s/d, p. 6). Os alfabetizadores passam por um processo de seleção que ocorre dentro dos IES, que recebem os cursos, depois ocorria a capacitação, onde a metodologia para a alfabetização ficava a cargo de cada IES. Cada alfabetizador(a) do PAS só poderia participar durante um módulo do programa, que durava 6 meses. Depois era realizada uma nova

seleção e treinamento de alfabetizadores. A partir desse contexto fica o questionamento: como garantir um ensino de qualidade para os alfabetizandos, se o rodízio de alfabetizadores era constante? A questão de experiência não era valorizada. O PAS justificava esta prática da rotatividade dos alfabetizadores, que não gerava vínculo empregatício e com isso haveria baixo custo para o programa, (Barreyro 2010).

2.8.2 Programa Brasil Alfabetizado

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), foi criado pelo governo federal em 2003, voltado para a alfabetização de jovens e adultos e continuidade dos estudos desses sujeitos. Além das atividades de alfabetização, o programa tenta contribuir para o fortalecimento da cidadania dos sujeitos atendidos, uma vez que, não tiveram acesso à educação na idade apropriada, ou tiveram pouco tempo de permanência na da escola.

Um dos objetivos principais do PBA era:

Promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida. (Mec, 2013).

O programa funciona por meio de parcerias firmadas com as secretarias de educação dos estados e municípios, as instituições de ensino superior, ONG's e empresas. Atualmente. Com a reformulação que houve no PBA em 2007, a remuneração recebida pelo alfabetizador é de 400,00 (quatrocentos) reais, por turma cadastrada. (Mec, 2013)

Depois de cadastrada a turma no sistema do PBA, o alfabetizador passa por uma formação que tem duração de uma semana, onde este recebe a

capacitação sobre o método para alfabetização. As aulas são ministradas nas escolas públicas das periferias, associações de bairros, galpões de igrejas e nas próprias casas dos alfabetizadores, de acordo com a conveniência de cada alfabetizador.

3. CAPÍTULO II: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E A CIDADANIA

Neste capítulo faremos um aporte teórico dos pensadores da EJA. Destacaremos Paulo Freire, este importante teórico que destinou grande parte de suas obras bibliográficas à questão da Educação de Jovens e Adultos. Analisaremos como a prática dos professores da EJA pode ajudar o educando no fortalecimento da sua cidadania, bem como o papel da escola no fortalecimento da cidadania dos sujeitos. Traremos uma análise do Plano Estadual da Educação da Paraíba (PEE 2015-2025), quais as metas que o PEE estabelece para a EJA no Estado para os próximos dez anos.

3.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR E CIDADANIA NA PERSPECTIVA DA EJA

Quando pensamos no termo cidadania nos vem logo à mente a ideia de direitos e deveres inerentes ao indivíduo, porém, devemos pensar que este mesmo indivíduo faz parte do mundo, como um agente transformador da realidade local e global, portanto detentor de direitos e deveres próprios de um cidadão. No entanto, a participação cidadã na sociedade nem sempre fica evidente para as pessoas pertencentes às camadas sociais mais pobres, com isso os segmentos excluídos da sociedade criam estratégias para compensar os limites do Estado, criando organizações e movimentos sociais, para que possam participar diretamente da política e cuidar das questões relacionadas aos direitos, buscando efetivamente conquistar a cidadania. Filho e Neto conceituam cidadania como:

...algo mais do que a garantia de plenos direitos. Era, pois um status que oferecia ao cidadão várias possibilidades, indo além das destinadas ao indivíduo comum. (Filho e Neto, s/d, p. 2)

Através da educação as pessoas tem a oportunidade de construírem e reconstruir valores que dignificam as pessoas e as tornam mais solidárias. A escola por sua vez é vista como uma porta de acesso em busca da cidadania, para isso a educação escolar precisa ser crítica e transferi-la para os sujeitos envolvidos. A escola deve ser um local de obtenção do conhecimento crítico, para que, desta forma, possa estar cumprindo com a sua função social, a formação cidadã dos sujeitos atendidos. Porém, é importante questionar se a educação está conseguindo cumprir com essa exigência, pois, como sabemos, a escola de maneira implícita reproduz a desigualdade social.

A escola apenas reproduz a ordem burguesa, seus valores e desvalores. A função da educação escolar é a de reprodução das desigualdades sociais e do modo de reprodução capitalista como bem demonstrou a crítica elaborada pela teoria da reprodução de Bourdieu e Passeron. (Galvão, 2006, p.167)

A consciência dos direitos é fundamental para o exercício da cidadania, como aponta Paulo Freire em sua obra *Educação Como Prática da Liberdade* (1967), na qual, o autor diz que, a consciência estabelece o agir e o estar do ser humano no mundo, assim sendo, a consciência que o indivíduo se apropriará será refletida no tipo de cidadania que ela assumirá. Portanto, se o indivíduo tiver seus direitos reconhecidos e implementados, alcançará sua plena cidadania. Porém cabe salientar que é preciso melhorar as condições de vida dos cidadãos para que a cidadania ocorra de forma plena. Como afirma Galvão, “A cidadania somente se fará plena a partir do investimento nas condições materiais de vida dos cidadãos”. (GALVÃO, 2006, p.168)

Nesse contexto, o papel da educação é buscar conscientizar os sujeitos no sentido de fazer de cada pessoa um agente de transformação da realidade social. Portanto, se o indivíduo tiver o acesso à educação dificultado, a transformação social que todos nós esperamos não ocorrerá, pois quando se nega o acesso à educação cada vez mais estará se criando na sociedade

peças alienadas e desconectadas com a realidade social em que estão inseridas. Como relata Piton e Kozelski,

Apesar de sua experiência de vida e de toda a cultura que possuem, a condição do analfabetismo é algo que entrava o acesso a várias instâncias da sociedade, que dificulta o posicionamento enquanto indivíduo e enquanto cidadão, a pessoa na condição de analfabeta sente-se insegura num mundo que exige mais conhecimento e participação para que o indivíduo seja reconhecido como cidadão. (PÍTON E KOZELSKI, 2009, p. 2)

A educação como um bem público e um dos direitos básicos do cidadão deve, por conseguinte, colaborar com o crescimento sustentável, produtivo e ético de uma sociedade e de cada indivíduo particularmente. Contudo, não podemos dispensar na educação que ela venha a superar todos os problemas de uma sociedade, mas, sem dúvidas tem uma função muito importante, com relação a essas mudanças.

Notamos hoje em dia que a escola enfrenta dificuldades em transmitir valores para a formação de uma identidade ética do indivíduo capaz de agir com respeito à individualidade e as opções individuais de seus semelhantes, com isso SILVA, (2000, p. 71), pontua: “*A escola tornou-se, também, palco de lutas e conflitos, como reflexo da problemática vivenciada pela sociedade como um todo*”. Desta forma, podemos perceber em situações da vida diária que a sociedade enfrenta um modelo tão excludente e enraizado de preconceitos que tem alcançado também a escola, o que interfere na construção de uma sociedade democrática e cidadã.

O sentido da escola é, pois, contribuir no processo de transformação social, instrumentalizando, junto com outras forças criadoras de novos valores e práticas solidárias, as classes populares, para que estas assumam a conquista da cidadania plena. Contribuir, enfim, para construir uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente democrática e culturalmente plural. (ADMS 1996, p. 34)

É importante considerar que uma proposta de educação dialógica é condição *sine qua no* para que se possa implementar a cidadania nos sujeitos da EJA, uma vez que, estes sujeitos tiveram o seu direito a educação negado nas primeiras infâncias. Com uma educação dialógica que possibilite o debate dialógico na sala de aula, os educandos vão tendo a oportunidade de discutir assuntos relevantes e urgentes, onde, em coletividade encontrarão caminhos para melhorar suas condições de vida, como nos diz Paulo Freire, 92012, p. 85). “*Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão*”.

A EJA como modalidade ensino, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (LDB 9.394/96) seção V, deve ser pensada para desenvolver a autonomia dos educandos e a participação cidadã destes, uma vez que, tiveram suas cidadanias subtraídas quando não tiveram acesso a educação. A prática pedagógica dos professores deve atender a essa perspectiva, porém, o que ocorre em muitos casos de professores que se limitam ao livro didático, onde não leva em consideração a vivência do aluno da EJA, que já carrega consigo uma bagagem cultural bastante significativa.

Muitos concebem o livro didático como um manual de instruções e, tal entendimento, compromete a qualidade do processo de ensino-aprendizagem na educação escolar. Com esse entendimento educador e educandos da EJA perdem as oportunidades de desenvolverem o raciocínio crítico e as competências de habilidades argumentativas enquanto cidadãos usuários dos saberes necessários aos enfrentamentos socioculturais atuais. (OLIVEIRA, 2014, p. 4)

Ao adotarem essa postura muitos professores da EJA legitimam a prática da educação “bancária”, explicitada por Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido (1987)* na qual, o autor considera tal prática como limitadora da criatividade tanto dos educandos, como também dos professores. Como enfatiza Paulo Freire (2012, p. 64): “*A rigidez destas posições nega a*

educação e o conhecimento como processos de busca”. Desta forma, podemos perceber que o objetivo da educação “bancária” é o de adaptação e ajustamento do indivíduo ao *Status quo* da sociedade, (Freire, 2012, p. 65). O educador da EJA, ainda em seu processo de formação, deve estar comprometido com a formação da cidadania dos alunos, para que assim, possa diminuir as injustiças sociais.

...entendemos que uma proposta de formação do educador que visa contribuir para formação da cidadania deve ter como fundamentos os princípios da democracia, pois acreditamos que a concretização da verdadeira democracia requer dos cidadãos o conhecimento das causas e processos que determinam as injustiças sociais e, ao mesmo tempo, das alternativas coletivas para superá-las. (Silva, 2000, p. 72)

O acesso e permanência aos cursos da EJA estão garantidos por lei às pessoas que procuram esta modalidade de ensino, onde na maioria dos casos são pessoas que trabalham durante o dia e enxergam na EJA uma oportunidade de continuarem seus estudos e melhorar sua condição de vida, como podemos observar na LDB 9.394/96, no artigo 37, §2º “*O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si*”.

Contudo deve-se observar se esse acesso e permanência estão sendo realmente implementados, pois, o acesso a educação nos dias de hoje é algo que está sendo cada vez mais facilitado para a sociedade em relação a décadas passadas. A permanência para alguns dos educandos na EJA é que gera algumas dificuldades. Os alunos que trabalham o dia todo em situações exaustivas se sentem muito cansados para estudar a noite e não encontram estímulos para comparecer todos os dias à escola. Muitos desses alunos procuram voltar a estudar, pois querem uma resposta da educação para melhorar suas condições de vida de forma imediata, porém, o investimento que esses educandos estarão fazendo só será refletido em longo prazo. Conseqüentemente a isso, por não entenderem essa dinâmica da educação

esses alunos acabam abandonando a escola, aumentando ainda mais as taxas da evasão escolar e com isso se estará escamoteando um dos direitos básicos do cidadão, que é o de ter acesso a educação de acordo com suas condições de vida.

Tomando como exemplo a o estado da Paraíba, atualmente o governo do estado lançou o Plano Estadual de Educação (2015-2025), onde apresentou as metas para os próximos 10 (dez) anos, no qual podemos destacar para a EJA as seguintes ações:

Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, a busca ativa, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específicos para os segmentos populacionais da EJA, bem como identificar os motivos de absenteísmo escolar, de abandono e de evasão, e colaborar com os municípios para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino. (Governo do Estado, 2015, p. 69)

O documento que o Governo do Estado exhibe, apresenta três metas para o segmento da Educação de Jovens e Adultos, numa tentativa de corrigir distorções apresentadas nessa modalidade de ensino, são essas as metas:

Meta 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste PEE, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (PEE, 2015, p. 68)

Meta 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade para 85,8% até 2017 e, até o final da vigência deste PEE, reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. (PEE, 2015, p. 69)

Meta 10

Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. (PEE, 2015, p. 70)

Todas essas propostas apresentadas pelo Plano Estadual de Educação trazem como objetivos oferecer aos educandos da EJA uma educação de qualidade, visando a elevação da escolaridade dos alunos e que a educação na EJA possa estar articulada ao mundo do trabalho, estimulando cada vez mais a participação cidadã do público atendido. Entretanto, como se trata de um planejamento para os próximos dez anos, os profissionais da educação e a sociedade de modo geral devem ficar atentos e fiscalizar o cumprimento deste plano.

Nos dias de hoje com o modelo econômico vigente em nossa sociedade onde cada vez mais se propaga as injustiças sociais, devemos, enquanto educadores comprometidos com o bem estar dos nossos alunos conscientizá-los a respeito de seus direitos enquanto cidadãos.

Pensar numa sociedade em que todos realmente seriam respeitados e considerados iguais perante a lei parece um sonho distante, mas é preciso pensar numa educação para a cidadania, uma educação preocupada em formar um ser humano livre, responsável, autônomo, habilitando aos educandos a terem posicionamentos esclarecidos e críticos relativamente às questões do mundo hoje. (Brito e Lopes, 2014, p. 2)

A educação para a cidadania na EJA exige uma metodologia voltada à mudança de posturas, hábitos e costumes referentes a cidadania, aliada aos conhecimentos e experiências que os alunos carregam consigo, procurando formas de aprofundar os conhecimentos sobre seus direitos. O que ocorre é que, muitos dos alunos da EJA não acreditam na possibilidade de terem seus direitos respeitados. Por tanto, cabe a nós educadores ajudar o aluno a

construir a possibilidade de que ele (aluno) pode conseguir ter acesso aos seus direitos, buscando estratégias inovadoras em sala de aula, dando autonomia aos estudantes na busca da cidadania plena.

4. CAPÍTULO III: RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O cenário da pesquisa

A escola escolhida para a pesquisa foi a Escola Municipal Professora Antônia do Socorro Silva Machado, que fica localizada na Rua Jacarandá, 277-PB 008 – Paratibe – João Pessoa/PB. No bairro em que a referida instituição está localizada encontra-se uma comunidade remanescente quilombola formada por uma população descendentes dos quilombos, hoje considerados pela legislação específica como povos do campo, (Brasil decreto nº. 7.352/2010)

A instituição localiza-se em área urbana e atende a essa população especificada na lei, que é caracterizada como de zona urbana em área rural, com um nível socioeconômico de baixa renda, formada por pequenos feirantes, posseiros, pescadores, diaristas e de alguns comerciários. Nível cultural caracterizado por pessoas alfabetizadas com pouca escolarização, com um número significativo de analfabetos.

Além das crianças, adolescentes e adultos da comunidade quilombola a instituição de ensino ainda atende a sete comunidades circunvizinhas: sítio Paratibe, sítio Muçumagro, Praia Barra de Gramame, Nova Mangabeira, Parque do Sol e o conjunto Sonho Meu.

A escola funciona com uma diretora geral e mais três adjuntos que se revezam nos três turnos que a escola funciona. Uma equipe de especialistas composta por: 01 supervisora, 01 orientadora, 01 psicóloga, 01 assistente social. A referida instituição de ensino ainda conta com 46 (quarenta e seis) professores entre contratados e efetivos.

4.1 Ambientes físicos

O prédio da escola passou por uma reforma em 2005 e foi ampliado em 2009, funcionando em um prédio de 1º andar, que pertence à prefeitura de João Pessoa. Possui atualmente 1.195 (um mil cento e noventa e cinco) alunos matriculados nos três turnos, com 13 salas de aulas. A instituição ainda conta com 01 laboratório de informática, 01 biblioteca, 01 sala para diretoria, 01 sala de especialistas, 01 sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado), 01 sala dos docentes, 01 cantina, 01 refeitório, 07 banheiros/sanitários, sendo 02 para portadores de necessidades especiais (cadeirantes), 01 secretaria, 01 almoxarifado, 01 jardim, 01 ginásio poliesportivo, 01 sala da rádio da escola, 01 estacionamento.

4.2 Níveis de ensino

O estabelecimento de ensino oferece a Educação Infantil, Ensino Fundamental I/II e a EJA (Educação de Jovens e Adultos). A EJA trabalha com vários projetos com o objetivo de elevar ainda mais a qualidade do ensino oferecida na instituição: **O Escola aberta, alimentação saudável e projeto antidrogas saúde na escola quilombola**. A escola ainda conta com o projeto **Mais Educação**, onde os materiais que são utilizados na implementação desses projetos são: os computadores, a brinquedoteca e a biblioteca. As modalidades de ensino são: Pré escolar II, do 1º ao 5º ano do fundamental I e do 6º ao 9º ano do fundamental II, Educação de Jovens e Adultos em ciclo Alfa, ciclos I, II III e IV.

4.3 O que revelam as disciplinas sobre a cidadania

Através dos dados coletados e com as observações em sala de aula, podemos perceber que as aulas ministradas pelos professores das

séries/ciclos analisados mostram a preocupação em transmitir um ensino que esteja de acordo com as vivências dos alunos, pois, analisando os planos de aulas dos docentes, percebemos que as atividades desenvolvidas ajudam os alunos a refletirem sobre questões da cidadania. Podemos citar como exemplo, o professor do ciclo II realizou uma atividade de matemática envolvendo problemas do cotidiano dos alunos, Nesse sentido apresentamos a seguinte atividade desenvolvida em sala de aula, apresentando o seguinte problema matemático a ser resolvido: *“Maria faz feira por quinzena. Na primeira quinzena ela gastou 387 reais e na segunda quinzena 473. Quantos reais Maria gastou no mês?”* Esta atividade é considerada muito importante, pois traz a realidade dos alunos para dentro da sala de aula, a vivência prática dos alunos para ser discutida, com isso o ensino se tornará mais significativo, uma vez que, os alunos da EJA esperam da educação uma resposta para melhorar suas condições de vida. Na mesma aula o docente utilizou outros problemas no mesmo contexto de uma feira, no qual, foi promovida na aula, uma conversa sobre a situação do trabalhador brasileiro, com os seguintes subtemas: salário, aumento dos preços entre outros. Percebemos através dessa atividade o quanto o docente torna importante trazer a realidade dos alunos para a discussão em sala de aula, estimulando, desta forma, práticas cidadã nos educandos, uma vez que, os alunos tendo a oportunidade de debater assuntos da sua realidade prática, terão mais consciência das suas condições de vida, como salienta Paulo Freire.

Precisamos estar convencidos de que o convencimento dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é doação que lhes faça a liderança revolucionária, mas resultado de sua conscientização. (Freire, 2012, p.58)

Na sala do ciclo I, constatamos que a professora está muito preocupada com o bem estar dos alunos, trazendo-lhes palavras de otimismo. Foi verificado que a docente trabalha com textos, para incentivar a capacidade de leitura nos alunos. Em uma das atividades da disciplina de português, a professora levou

para a aula a música “Pacato Cidadão”, a qual foi lida e houve a reflexão sobre o texto. Na sequência os alunos realizam atividades relacionadas ao texto, entre elas os educandos discutiram o significado das palavras cidadão e cidadania. Depois os alunos se juntaram em grupos de três para construir um texto coletivo, com o tema: Para você, o que é ser cidadão? Os alunos participaram ativamente da aula em questão. Percebe-se através dessa atividade que a docente tem uma preocupação com a formação cidadã dos alunos, onde a discussão sobre cidadania torna-se presente na maior parte do seu planejamento.

Em outra atividade em sala de aula a professora trabalhou os direitos dos trabalhadores, realizando um treino ortográfico sobre o tema, com as seguintes palavras: *salário, aposentadoria, licença médica, décimo terceiro salário, férias, FGTS, seguro desemprego, greve, valorização, transporte*. Na sequência foi aberto um diálogo sobre o tema da aula, na qual, houve o interesse dos alunos, pois se tratava de um tema da vivência dos mesmos.

Percebe-se que nessas duas séries/ciclos analisadas, há um cuidado e respeito por parte dos docentes com relação à vivência e os saberes que os alunos já carregam consigo, com isso, as aulas se tornavam mais atraentes e o aprendizado significativo, desta forma Paulo Freire nos diz:

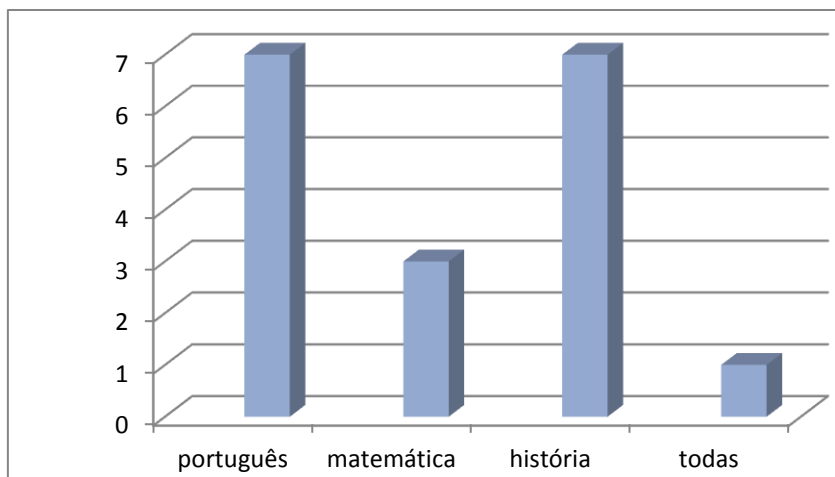
Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária. (Freire, 1996, p.30)

Na sala de aula da alfabetização os alunos estão em processo de aquisição da leitura e da escrita, podemos constatar que a professora numa aula de matemática utiliza materiais concretos em suas aulas, porém, com motivos muito infantis, com isso, não se leva em conta a faixa etária dos alunos, bem como a condição de pessoa adulta. Pode-se constatar em muitas pesquisas no âmbito da EJA, que essa é uma problemática presente em várias

salas de aulas da EJA, onde muitos professores que trabalham com crianças e decidem dar aulas na EJA, passam a tratar os adultos como “crianças crescidas”. Isso é um fator de desmotivação para os alunos, percebe-se a falta de estratégias da docente para adequar o plano de aula para a realidade da sala de aula, como pontua Elisângela Fernandes, 2011: *“Adequar as aulas às necessidades dos alunos que têm mais de 15 anos e ainda estão no Ensino Fundamental, e não esperar que o contrário ocorra, é um desafio”*.

Em uma atividade da disciplina de português sobre Substantivos, a professora da sala ciclo/alfa, levou para a aula uma atividade numa folha de ofício, onde havia umas imagens como: barata, aranha, grilo, bruxa, caldeirão, mosquito e fogão, na qual, os alunos identificavam as imagens e tentariam escrever o nome correspondente. Podemos observar que a leitura e a escrita são componentes integrantes da atividade em questão, porém, sem nenhuma ligação com a vivência prática dos alunos, pois como diz Freire, 1996, p. 30: *“Por que não discutir com os alunos e realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina.”* Nesse momento a docente perde a oportunidade de discutir assuntos de interesse e das vivências dos alunos e assim criar situações que possam auxiliá-los a enfrentar problemas do cotidiano, e desta forma, indicar possibilidades para que os educandos possam exercer sua cidadania.

Analisando os dados coletados através do questionário aplicado com os estudantes da escola pesquisada, podemos conhecer quais as matérias que ajudam os alunos a entenderem sobre os direitos dos cidadãos, como mostraremos no gráfico abaixo:



Fonte: Dados da pesquisa

Podemos perceber através do gráfico acima que os alunos dispensam uma importância significativa nas disciplinas de português e história, uma vez que, os professores utilizam textos em ambas às matérias para facilitar o entendimento dos assuntos estudados, como por exemplo, conteúdo de cidadania, no qual, os docentes usam em suas metodologias variados textos para tornar o aprendizado significativo e que tenha ligação com o cotidiano dos alunos.

Em uma aula de história, observada na sala do ciclo I, a professora dava o conteúdo, “Fontes Históricas”, na qual, tinha como objetivo que os alunos reconhecessem a importância dos documentos para a vida em sociedade e identificar as informações contidas neles. Com isso, os alunos participaram ativamente da aula, fazendo conexões com suas realidades podendo, desta forma, adquirir conhecimentos sobre os direitos dos cidadãos.

Ainda através dos questionários podemos visualizar nas respostas dos discentes que a disciplina de matemática ajuda alguns alunos em suas profissões, visto que, alguns dos alunos são feirantes e comerciários, com isso, a metodologia, em sala de aula, é voltada para esse contexto social dos discentes. Com isso, os professores estarão implementando o que Paulo Freire já nos dizia em sua obra *Pedagogia da Autonomia*:

E o que dizer, mas, sobretudo que esperar de mim, se, como professor, não me acho tomado por este outro saber, o de que preciso estar aberto ao gosto de querer bem, às vezes, à coragem de

querer bem aos educandos e à própria prática educativa de que participo. (Freire, 1996, p. 141).

4.4 Compreensões dos alunos sobre cidadania

Através do questionário aplicado com os alunos, podemos observar que o entendimento que os alunos carregam sobre o que é ser cidadão apresenta uma multiplicidade de visões sobre o tema, como veremos no quadro abaixo:

Quadro 1- Questão: Para você o que é ser cidadão?

01	Estudar para ter uma profissão
02	É ter direitos e ter deveres a ser cumpridos
03	É respeitar os direitos e ter os nossos respeitados
04	A cidadania é o ensinamento para termos os direitos de cidadão cumprido com orgulho
05	Para mim ser cidadão é ter meus direitos valorizados
06	É fazer valer os meus direitos e respeitar os direitos dos outros
07	É ter direitos
08	Aprender a ler ter documentos ter direito de votar
09	Ter direitos e deveres ser um trabalhador
10	Ser um grande trabalhador uma pessoa de bem
11	Caminhar na vida seguindo as leis e ter educação
12	Para mim é ter meus direitos respeitados

Fonte: Dados da pesquisa

Dos 12 (doze) questionários analisados, pode-se constatar que 09 (nove) alunos acreditam que para ser cidadão é preciso ter direitos e deveres implementados, além disso, ficou constatado que, os educandos atribuí um valor significativo à escola como promotora da cidadania, bem como de ascensão social.

A doutrina liberal consolidou no Brasil a crença de que a escola é a instituição responsável pelo progresso de uma comunidade, bem

como pela posição social ocupada pelos indivíduos. (Galvão, 2006, p. 166)

A partir daí compreendemos que, para alguns dos alunos a condição de cidadão é limitada a esses dois fatores já citados anteriormente. O que está distante da ideia marxista de cidadania exposta por Galvão.

Teóricos marxistas são unânimes em afirmar que cidadania representa o acesso pleno a todos os bens produzidos pela sociedade sejam eles materiais, culturais, etc. (Galvão, 2006, p.167).

Através das respostas dadas pelos alunos no quadro 1, compreendemos a importância dos professores, sobretudo os da EJA, na formação cidadã dos seus alunos, bem como, no resgate da autoestima dos mesmos, uma vez que, tiveram o direito a educação negado nas primeiras idades. Desta forma Paulo Freire nos diz que:

...Se trabalho com jovens ou adultos, não menos atento devo estar com relação a que meu trabalho possa significar como estímulo ou não à ruptura necessária com algo defeituosamente assentado e à espera de superação. (Freire, 1996, p. 70).

Nas visitas realizadas na escola, campo da pesquisa, ficou constatado que a gestão da instituição está preocupada em exercer uma gestão democrática. Na escola há um conselho deliberativo, que trata dos assuntos relacionados à instituição e problemas vivenciados por todos na escola. Participam desse conselho pais de alunos, professores, funcionários, bem como os alunos da instituição, no qual, todos os envolvidos, levam para as reuniões propostas para melhorar algum problema detectado entre os alunos e na relação professor x aluno. Outros assuntos são abordados para melhorar a gestão da escola e tentar uma convivência harmoniosa dentro da escola.

Dois alunos do turno da noite participam do conselho deliberativo, dessa forma, pode-se verificar que a escola, ao levar em conta a opinião dos alunos está contribuindo com a formação cidadã dos mesmos, uma vez que nas reuniões do conselho os alunos participam levando seus questionamentos e

propostas para debater diretamente com os professores e a gestão da escola, assim, estarão defendendo suas opiniões e pontos de vista, visando sempre o bem comum de todos.

Ao serem questionados sobre como os alunos participam das decisões da escola, constatamos que os alunos demonstram uma importância significativa ao conselho escolar, como mostraremos no quadro abaixo:

Quadro 2- Questão: Como é a participação dos alunos nas decisões da escola?

01	Eu nunca vi os alunos participar das decisões da escola, aqui eu vi.
02	Na reunião do conselho.
03	A gente participa na reunião do conselho.
04	Participamos comunicando nas reuniões do conselho, levamos a direção tudo.
05	Os alunos participam através do conselho escolar.
06	Os alunos tem que se respeitar e não tomar decisões precipitadas e falar com os responsáveis.
07	Participam nas reuniões do conselho.
08	Através da participação do conselho escolar.
09	Falando com o diretor.
10	O diretor ajuda a resolver os problemas.
11	As decisões da escola se resolvem na reunião do conselho.
12	Participam com a reunião do conselho.

Fonte: dados da pesquisa

Podemos observar que os discentes são quase unânimes ao dizerem que as decisões da escola são resolvidas no conselho escolar da instituição. Com isso, a gestão da escola e os profissionais envolvidos estão implementando atitudes cidadãs nos alunos, ao terem o direito de participação na escola. Assim Paulo Freire salienta que:

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras

verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. (Freire, 2012, p. 85)

Observamos o quanto a gestão democrática de uma escola é importante para a formação cidadã dos alunos, pois é no diálogo que os homens se humanizam, tentando superar a contradição entre opressores e oprimidos. É no diálogo que os educandos, sobretudo os da EJA, têm a oportunidade de descobrirem-se como cidadãos.

4.5 A contribuição da EJA para a cidadania na visão dos alunos

Os alunos da EJA são sujeitos que carregam histórias de vida marcantes, visto que, são pessoas que desde muito cedo foram obrigadas a abandonar a escola por motivos que nos dias de hoje são inaceitáveis e com isso transportam consigo uma marca de exclusão por não ter adquirido, na idade apropriada à escolarização que poderia conceder-lhes uma vida digna de qualquer cidadão. A EJA é voltada para essas pessoas que tiveram o direito a educação negado na infância e/ou adolescência pela oferta de vagas irregular nas escolas, desajustes do sistema de ensino ou condições econômicas adversas.

Quando decidem voltar à escola os jovens e adultos estão decididos a promoverem o seu desenvolvimento pessoal. Isso é uma decisão que envolve a família, os padrões, as condições de se manter na escola, dentre outros fatores. É, sobretudo um projeto de vida.

A EJA como modalidade de ensino que abarca esses alunos deve propiciar o acesso ao conhecimento científico a esses educandos visando à plena garantia de direitos, dando-lhes mais autonomia, no qual, poderão refletir sobre suas reais condições de vida, podendo participar das decisões da sua comunidade e exercer a cidadania e assim, alcançar graus mais elevados de ensino.

Os alunos pesquisados ao serem questionados sobre como a escola contribui para o conhecimento dos direitos de um cidadão, nas suas respostas

que foram dadas mostram-se bastante reveladoras, como mostraremos no quadro abaixo.

Quadro 3- Questão: Como a escola contribui para você saber quais são os direitos de um cidadão?

01	A escola me deu conhecimento para que eu possa fazer valer meus direitos.
02	Contribui com o ensinamento.
03	Contribui ensinando todos os conhecimentos.
04	Ela me ensina a ler e escrever, me explicar a compreender meus direitos.
05	Dando aulas.
06	Informando a todos.
07	Contribui para ter um comportamento bom na escola.
08	Na escola eu aprendo ler e escrever melhor para poder se comunicar com as pessoas.
09	Ensinando os conhecimentos, com educação e igualdade, conquistamos nossos direitos.
10	Nos explicando quais são os nossos direitos e deveres.
11	Explicando que para reclamar os nossos direitos temos que cumprir com os deveres.
12	A escola ajuda dando as informações necessárias.

Fonte: dados da pesquisa

Podemos inferir através das respostas dadas pelos discentes que, a escola está contribuindo no processo de formação da cidadania. Quando decidem voltar a estudar esses alunos estão querendo uma resposta imediata para melhorar suas condições de vida. Portanto, a escola para os alunos é o único meio encontrado pelos jovens e adultos conseguir a “fuga” da condição de excluído da sociedade. Uma vez que, através da escolarização adquirida na

instituição escolar essas pessoas poderão exercer sua cidadania e assim viver dignamente como pessoas livres.

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. (Freire, 2012, p. 38)

Desta forma, percebemos a importância da escola como instituição responsável por alimentar o desejo dos jovens e adultos a buscarem a superação da condição de excluído, sobretudo a EJA que atende esse público que, cansados de ser dependentes, de alguma forma, querem ser autossuficientes e mostrar que têm vez e voz ativa na sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa teve como objetivo geral analisar a contribuição da Educação de Jovens e Adultos para o fortalecimento da cidadania dos seus sujeitos, no qual o campo de pesquisa foi a Escola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado, buscando identificar nas disciplinas e nas aulas conteúdos relativos à temática da cidadania, bem como, analisando a compreensão dos alunos sobre o que é ser cidadão e averiguando como os alunos percebem a contribuição da EJA para a sua cidadania.

Ao percorrer o caminho trilhado pela Educação de Jovens e Adultos ao longo da história do país, percebemos o quanto a influência de um governo interfere na concepção de uma modalidade de ensino. Como tivemos oportunidade de observar com a instalação do governo militar no Brasil, onde os programas voltados para EJA, foram duramente atacados e/ou manipulados para se adequar aos ditames do governo.

Ao analisarmos a EJA nos dias de hoje, percebemos que essa modalidade de ensino ainda precisa de mais investimentos, pois consideramos inaceitável que um educador receba uma remuneração de apenas 400 (quatrocentos reais), para estimular práticas de cidadania a pessoas que tiveram longos anos de exclusão social por não ter adquirido escolarização na idade apropriada. Ponderamos a EJA como um ambiente propício para que o educando possa recuperar sua autoestima, levando-se em conta o contexto sócio histórico do aluno, para que a partir daí, este possa ter sucesso na ação pedagógica e desta forma adquirir cidadania. Aproveitando a experiência que o aluno traz, em sua realidade para elevá-los a graus mais complexos de conhecimento e com isso ter autonomia participativa na sociedade.

É importante considerar que a formação do educador da EJA deve ter princípios filosóficos emancipatórios para garantir a seus alunos uma formação sociopolítica engajada na superação da exclusão e transformação social. Desta forma o educador que se propõe a trabalhar na EJA deve ter a consciência de que seu trabalho deve ter seriedade com a proposta de emancipação dos alunos.

Esta pesquisa nos mostrou que ao conceder elementos de participação social aos alunos da EJA, estes se sentem como agentes integrantes do processo de transformação da realidade local, como é o caso do conselho escolar da escola pesquisada, assim, a referida instituição implementa ações de participação cidadã aos alunos, contribuindo, desta forma, para que seus alunos possam adquirir a cidadania perdida e viver dignamente na sociedade.

Conhecer de perto uma comunidade quilombola com suas histórias de luta e resistência foi um acréscimo muito significativo a minha formação acadêmica. Está em contato direto com a comunidade e observar as práticas pedagógicas do campo de pesquisa, despertou em mim a certeza de que é preciso e necessário lutar por uma educação do campo que valorize a especificidade de homens e mulheres do campo, na busca incessante do exercício da cidadania.

6. REFERÊNCIAS

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas / Roberto Jarry Richardson; colaboradores: José Augusto de Souza Peres... (et al). 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL, Cristiane Costa. História da Alfabetização de Adultos: de 1960 até os dias de hoje. Brasília. Universidade Católica de Brasília. Brasília, s/d.

RAMOS, Carla Michele. O papel dos artistas e intelectuais do centro popular de cultura (1961-1964) na construção de uma nova sociedade. UNIOESTE. Paraná, s/d. Disponível em www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/carlamicheleramos.pdf. Acesso em 31/05/2015

FAVERO, Osmar. MEB – Movimento de Educação de Base primeiros tempos: 1961-1966. V Encontro Luso-brasileiro de História da Educação. Portugal, 2004.

BORGES, Débora Roberta. Movimento de Educação de Base: ação e repercussão em Mato Grosso da de 1960. UFMT. Cuiabá, 2012.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. CEPLAR: Memória de um movimento de cultura e educação popular. Espaço Aberto: Manifestações rápidas, entrevistas , propostas, experiências, traduções, etc. Brasília, 1992.

GONZALEZ, Jeferson Anibal. Cultura e educação popular como instrumento de formação política das camadas populares: os centros populares de cultura (1961-1964). USP. São Paulo, s/d.

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi Corrêa. A Educação de Jovens e Adultos promovida pelo Mobral e a Fundação Educar no Espírito Santo, de 1970 a 1990: uma análise dos caminhos percorridos entre o legal e real. Vitória, 2000.

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. Movimento de Educação de Base – MEB; Discurso e Prática, 1961 – 1967. São Luiz, UFMA/Secretaria de Educação. Coleção Ciências Sociais. Série Educação, 1; 1985.

BARREYRO, Gladys Beatriz. O Programa Alfabetização Solidária: terceirização no contexto da reforma do estado. Curitiba, Educar em Revista. 2010.

RYBCZYNSKI, Estanislau. Mobral o ensino da ditadura. São Paulo Minha cidade. São Paulo, 2014. (Disponível em: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/9064/Mobral%252C%2Bo%2Bensino%2Bda%2Bditadura>). Acesso em 18/06/2015.

COLETI, Laura Maria Baron. Do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) aos programas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) atuais: Evolução ou manutenção das práticas pedagógicas? UNESP. Marília – SP, s/d.

JANNUZZI, Gilberta S. de Martino. Confronto Pedagógico: Paulo Freire Mobral. Cortez e Moraes: São Paulo, 1979.

FERNANDES, Elisângela. Por que jovens de 15 a 17 anos estão na EJA: conheça os motivos que fazem com que adolescentes estudem na educação de jovens e adultos. Publicado em NOVA ESCOLA, edição 244, agosto, 2011. Título original: No meio do caminho havia (muitas) pedras.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido./ - [Ed. Especial] – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília : 1996.

Programa Brasil Alfabetizado - Saiba mais. Disponível em :

<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoes?id=19002>, acesso: 16/06/2015

Ministério da Educação – Programa Brasil Alfabetizado – Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoes?id=17457>, acesso: 16/06/2015

FILHO, Cyro de Barros Resende e NETO, Isnard Albuquerque Câmara. A evolução do conceito de cidadania. Taubaté: Universidade de Taubaté. S/d

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. Cidadania e educação no Brasil. Campinas: Revista HISTEDBR on-line, 2006. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/21/art15_21.pdf. Acesso em 19/07/2015.

PÍTON, Ivani Marini e KOZELSKI, Adriana Cristina. Educação de Jovens e Adultos e Cidadania: A concepção de cidadania dos professores de EJA. Paraná: IX congresso nacional de educação – EDUCERE, III encontro sul brasileiro de psicopedagogia, 2009.

OLIVEIRA, Cristina Renaly Lira Costa. Cidadania no Livro Didático de Alfabetização da EJA: Entre o proposto e o vivenciado. Santa Maria, RS: VI FIPED, 2014.

BRITO, Azenath Clarissa Arcoverde Gomes e LOPES, Maria Elisa. O papel da educação escolar para o exercício da cidadania. *Revista Primus Vitam: Revista de ciências e humanidades*, 2014.

SILVA, Aida Maria Monteiro. *Escola Pública e a Formação da Cidadania: possibilidades e limites*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

PARAÍBA. *Plano Estadual de Educação da Paraíba (2015 - 2025)*. João Pessoa: Governo do Estado, 2015.

Secretaria de Educação e Cultura. *Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Prof.^a Antônia do Socorro Silva Machado*, João Pessoa, 2015.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. *Estudos Avançados*. Vol. 18, nº52. São Paulo, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?=&script=sci_arttext> Acesso: 09/12/2015.

ROSAS, Paulo. *Paulo Freire – Educação e Transformação Social*. UFPE. Recife, 2002.